FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA AS BOAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA APLICAVÉIS A ENTIDADE DE SAÚDE

1. **Lei Estadual nº 6.123, de 20 de julho de 1968 -** Institui o regime jurídico dos funcionários públicos civis do Estado.

   Link para acesso:
   https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=6123&complemento=0&ano=1968&tipo=&url=

2. **Resolução TC nº 20, de 21 de setembro de 2005** - Dispõe sobre os institutos da Organização Social - OS e da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, regulamenta a prestação de contas dessas entidades ao Poder Público e dá outras providências.

   Link para acesso:
   https://docs.google.com/document/d/1JJzyeEvgOaG-rjx2lIsr0n7myCw3wpiOvvxX_vYg7Ys/edit

3. **Lei Federal nº: 12.527/2011 -** Lei de Acesso à Informação (Federal), regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2ºdo art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;

   Link para acesso:
   http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e%20sobre,216%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal.

4. **Decreto Federal nº 7.724/2012** (Norma regulamentadora LAI federal), regulamenta a Lei nº 12527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previstono inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso III, do §3º, do art. 37 e no §2º, do art. 216, da Constituição;

   Link para acesso:
   http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.724%2C%20DE%2016%20DE%20MAIO%20DE%202012&text=Regulamenta%20a%20Lei%20n%C2%BA%2012.527,216%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o.

5. **Lei Estadual nº 14.804/2012** - Lei de Acesso à Informação (Estadual), regula o acesso ainformações, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências;

   Link para acesso:
   https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=14804&complemento=0&ano=2012&tipo=&url=#:~:text=Regula%20o%20acesso%20a%20informa%C3%A7%C3%B5es,Estadual%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.&text=Art.,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico.

6. **Decreto nº 38.787/2012** (Norma regulamentadora LAI estadual), regulamenta a Lei no 14.804, de 29 de outubro de 2012, que dispõe sobre o acesso a informações, no âmbitodo Poder Executivo Estadual, e dá outras providências;

Link para acesso:
https://www.alepe.pe.gov.br/transparencia-d38787/#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2038.787%2C%20DE%2030,Estadual%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.

7. **Lei Estadual nº 15.210/2013** - Lei das Organizações Sociais de Saúde (Estadual), dispõe sobre as Organizações Sociais de Saúde - OSS, no âmbito do Estado de Pernambuco;

   Link para acesso:
   https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=15210&complemento=0&ano=2013&tipo=&url=#:~:text=Art.,regida%20exclusivamente%20por%20esta%20Lei.

8. **Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014** - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.

   Link para acesso:
   http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm

9. **Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018** - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

   Link de acesso:
   https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

10. **Lei Ordinária Municipal nº 17875/2013**, Dispõe sobre a qualificação de entidades comoorganizações sociais no âmbito do Município do Recife;

    Link para acesso:
    https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2013/1788/17875/lei-ordinaria-n-17875-2013-dispoe-sobre-a-qualificacao-de-entidades-como-organizacoes-sociais-no-ambito-do-municipio-do-recife-e-da-outras-providencias?q=%20Organiza%E7%F5es%20Sociais%20de%20Sa%FAde

11. **Decreto Municipal nº 27.277**, de 16 de agosto de 2013, regulamenta a Lei nº 17.785, de10 de junho de 2013, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizaçõessociais no âmbito do Município do Recife.

    Link para acesso: https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2013/2727/27277/decreto-n-27277-2013-regulamenta-a-lei-n-17875-de-10-de-junho-de-2013-que-dispoe-sobre-a-qualificacao-de-entidades-como-organizacoes-sociais-no-ambito-do-municipio-do-recife#:~:text=REGULAMENTA%20A%20LEI%20N%C2%BA%2017.875,%C3%82MBITO%20DO%20MUNIC%C3%8DPIO%20DO%20RECIFE.

12. **Lei Estadual nº 16.722/2019** - dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação do programa de integridade por pessoas jurídicas de direito privado que contratarem com oEstado de Pernambuco;

    Link para acesso:
    https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=48312&tipo

13. **Resolução TCE PE nº 154/2021**, dispõe sobre a prestação de contas e a transparência dosrecursos públicos geridos pelas Organizações Sociais de Saúde - OSS, altera a ResoluçãoTC nº 117, de 16 de dezembro de 2020 e revoga a Resolução TC nº 58, de 21 de agosto de 2019;

    Link para acesso:
    https://atosoficiais.com.br/tcepe/resolucao-n-154-2021-%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20dispoe-sobre-a-prestacao-de- contas-e-a-transparencia-dos-recursos-publicos-%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20geridos-pelas-organizacoes-sociais- de-saude-oss-altera-a-resolucao-tc-no-117-de-%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%2016-de-dezembro-de-2020-e-revoga-a-resolucao-tc-no-58-de-21-de-agosto-de-%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%202019?origin=instituicao

14. **Resolução TC nº 157, de 15 de dezembro de 2021** - Dispõe sobre a Transparência Pública a ser observada pelas Unidades - Jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e revoga a Resolução TC nº 33, de 06 de junho de 2018.

    Link para acesso:

    https://atosoficiais.com.br/tcepe/resolucao-n-157-2021-dispoe-sobre-a-transparencia-publica-a-ser-observada-pelas-unidades-jurisdicionadas-do-tribunal-de-contas-do-estado-de-pernambuco-e-revoga-a-resolucao-tc-n-33-de-06-de-junho-de-2018

15. **Lei Federal nº 13.460/2017** - estabelece normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela administração pública.

    Link para acesso:
    http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm

16. **Lei Estadual 16.420/2018** - regulamentada através do Decreto Estadual No 48.659/2020, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública estadual.

    Link para acesso:
    https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=39252&tipo=

17. **Decreto Estadual nº 48.659/2020** - regulamenta a Lei nº 16.420, de 17 de setembro de 2018, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública estadual.

    Link para acesso:
    https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=6&numero=48659&complemento=0&ano=2020&tipo=&url=